

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Curso: DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

**Área de Especialidade: NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM INOVAÇÕES
SOCIAIS NA ESFERA PÚBLICA – NISP**

**RESISTÊNCIA E SUSTENTABILIDADE: O PAPEL DOS ASSENTAMENTOS DO
MST NA PROMOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS**

CPF: 064.211.606-70

**Florianópolis
2024**

PROPOSTA DE PESQUISA: RESISTÊNCIA E SUSTENTABILIDADE: O PAPEL DOS ASSENTAMENTOS DO MST NA PROMOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

1- INTRODUÇÃO:

A ocupação do território brasileiro por povos estrangeiros, após a chegada dos colonizadores portugueses há mais de quinhentos anos, desencadeou um processo de divisão territorial marcado por inúmeros problemas sociais que persistem até os dias atuais. Esses problemas históricos resultaram em conflitos e lutas de diferentes grupos sociais, incluindo povos originários, escravizados e trabalhadores livres, todos buscando acesso à terra e resistindo à exploração.

Ao longo do século XX, surgiram diversos conflitos relacionados à luta pela terra, com a participação de pequenos produtores rurais, arrendatários e posseiros, unidos na defesa de seus territórios. Essa resistência culminou na formação de movimentos sociais, como associações, sindicatos e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que desafiam as estruturas de poder estabelecidas e reivindicam a reforma agrária.

Os processos de acampamento e ocupação de terras pelo MST refletem a busca por justiça social e pela garantia de acesso à terra para a agricultura familiar. No entanto, a efetiva capacidade de produção nos assentamentos enfrenta desafios, como a falta de condições básicas e apoio adequado por parte do Estado.

A agricultura familiar, historicamente presente no Brasil, recebeu reconhecimento oficial apenas nas últimas décadas, com políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No entanto, apesar dos avanços proporcionados por essas políticas, ainda persistem desafios como burocracia, limitações de crédito e acesso desigual aos recursos.

Além disso, é crucial considerar a necessidade de práticas sustentáveis na agricultura familiar, especialmente diante dos desafios ambientais. Os assentamentos do MST representam espaços de resistência e experimentação de práticas agroecológicas e formas de organização coletiva, destacando a importância de entender as relações entre comunidades rurais e os princípios da sustentabilidade.

Ao estudar o cotidiano dessas comunidades, será possível compreender as práticas e modos de fazer que surgem das circunstâncias e conjunturas em que os indivíduos estão inseridos. Essa abordagem permite uma análise mais profunda das dinâmicas sociais e das

formas de resistência que emergem no cotidiano das comunidades rurais, desafiando as estruturas hegemônicas.

Assim sendo, essa pesquisa trata-se de um assunto inovador para o campo de estudos da administração e sustentabilidade, que proporcionará uma imersão no cotidiano dos produtores rurais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST no município de Curitiba/SC, observando suas ações, que são muitas vezes imperceptíveis ou praticamente invisíveis, mas que refletem nas práticas comuns o que cada um constrói no cotidiano. O desenvolvimento das pessoas acontece nas práticas do dia a dia, conforme a vida cotidiana vai se construindo.

Neste contexto, o problema de pesquisa que se delinea é compreender as práticas cotidianas dos moradores dos assentamentos do MST em relação à sustentabilidade, capacidade de inovação, identificando os desafios enfrentados, as práticas adotadas e as oportunidades para promover a sustentabilidade nesses espaços de organização social. A partir dos pressupostos de que essas práticas são influenciadas por fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, pretende-se explorar como as comunidades dos assentamentos do MST constroem e mantêm sistemas de produção e vida que promovem a sustentabilidade em suas diversas dimensões.

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é investigar as práticas cotidianas dos moradores dos assentamentos do MST em Curitiba. Para alcançar esse objetivo central, os seguintes objetivos específicos serão percorridos:

1. Investigar as práticas agrícolas, de gestão de recursos naturais e de organização comunitária, através da economia solidária, dos produtores dos assentamentos do MST.
2. Identificar os principais desafios enfrentados pelos produtores dos assentamentos do MST para promover a sustentabilidade em seu cotidiano.
3. Analisar as práticas adotadas pelos produtores para superar os desafios de promover práticas mais sustentáveis.
4. Explorar as percepções dos moradores sobre a relação entre suas práticas cotidianas e os princípios da sustentabilidade.
5. Comparar os resultados produtivos e respectivos impactos ambientais das práticas cotidianas no assentamento entre produtores da agroecologia e do método convencional.

Esta pesquisa é relevante tanto teórica quanto empiricamente. Teoricamente, contribuirá para o avanço do conhecimento sobre as práticas sustentáveis em contextos rurais, especialmente em comunidades que buscam formas alternativas e inovadoras de organização social e econômica, como os assentamentos do MST. Empiricamente, fornecerá pistas importantes para políticas públicas e práticas de sustentabilidade, ao destacar as estratégias e os desafios enfrentados pelas comunidades rurais na promoção dela. Assim, esta pesquisa visa

contribuir para a construção de conhecimentos originais e inovadores que possam subsidiar ações efetivas de promoção da sustentabilidade em comunidades rurais e em outras esferas da sociedade.

A proposta de pesquisa de tese apresentada está intrinsecamente alinhada com a linha de pesquisa "Inovação Social, Sociedade Civil, Democracia e Sustentabilidade" do programa de pós-graduação em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Esta linha de pesquisa visa compreender e promover estudos sobre experimentações democráticas, governança pública e desenvolvimento territorial sustentável. O presente projeto contribui diretamente para esse escopo, ao investigar as práticas cotidianas dos moradores dos assentamentos do MST no contexto da sustentabilidade. Ao examinar as ações coletivas promovidas pela sociedade civil e pela economia solidária, em ambientes rurais, e sua interface com o Estado e as políticas públicas, esta pesquisa amplia o conhecimento sobre os processos de participação e seus efeitos na promoção da sustentabilidade.

Ademais, a proposta de pesquisa também se conecta organicamente com o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP), cujo escopo envolve estudos sobre ecossistemas de inovação social, experimentações democráticas e práticas para a educação política e democrática. A análise das práticas cotidianas nos assentamentos do MST, no contexto da sustentabilidade, contribui para o entendimento das dinâmicas de inovação social e de participação política em contextos rurais, enriquecendo o debate e as ações desenvolvidas pelo NISP.

A motivação em desenvolver esta pesquisa de doutorado é fortemente impulsionada pela trajetória pessoal e profissional do pesquisador, marcada pelo compromisso com questões sociais e pela busca por soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios enfrentados pela sociedade. Durante a graduação em Administração, foi possível vivenciar a importância de compreender as interações entre sociedade e meio ambiente, bem como a necessidade de promover práticas que favoreçam a justiça social e a preservação dos recursos naturais.

Durante sua jornada profissional, o pesquisador cultivou uma profunda afinidade com o universo da Construção Civil, devido as oportunidades profissionais. Contudo, sua ligação com o ambiente rural sempre foi marcante e inabalável. Originário das raízes profundas das áreas rurais de Minas Gerais, onde sua infância foi enraizada nos casebres e sítios, ele mantém uma conexão íntima com esse cenário. Mesmo diante das demandas urbanas que moldaram sua trajetória, sua paixão pelo campo nunca se dissipou. Ao longo de mais de duas décadas, sua dedicação voluntária se estendeu para projetos de promoção social de famílias em

vulnerabilidade social. O interesse pelo mundo rural não só perdurou, mas também se fortaleceu, alimentado pelas lembranças de sua origem e pelo desejo de contribuir com essas comunidades.

Ao longo de sua trajetória profissional, o pesquisador, embora tenha se dedicado principalmente à Construção Civil, sempre valorizou o diálogo, a proximidade e a compreensão dos trabalhadores que dedicavam grande parte de suas vidas a essa área. Paralelamente, ao longo de mais de duas décadas de trabalho voluntário, ele se empenhou em serviços de caridade voltados para ajudar famílias a romperem o ciclo da pobreza e prestou assessoria a Instituições de Longa Permanência. O ambiente rural sempre exerceu um fascínio especial sobre ele, pois é onde suas raízes estão fincadas, lá nos casebres e sítios do interior de Minas Gerais, locais que ele percorria desde a infância, embora a dinâmica da vida o tenha levado para a cidade.

Essas experiências práticas proporcionaram-lhe uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pelas comunidades e pelas pessoas, bem como das oportunidades para promover mudanças positivas por meio da participação cidadã e da colaboração entre diferentes atores sociais.

As expectativas em relação ao doutorado são de expandir conhecimentos teóricos e metodológicos, bem como contribuir de forma significativa para o avanço do conhecimento na área da sustentabilidade e inovação social. Além disso, desenvolver habilidades de pesquisa que permitam continuar trabalhando de forma eficaz no campo da sustentabilidade, seja no meio acadêmico, em organizações da sociedade civil ou em instituições governamentais. Acredita-se que a formação oferecida pelo programa de pós-graduação em Administração da UDESC/ESAG será fundamental para alcançar esses objetivos e para tornar-se um agente de mudança mais efetivo na promoção da justiça social.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

2.1- Explorando os Conceitos Teóricos da Sustentabilidade

Nos últimos tempos, compreender os diversos conceitos de sustentabilidade tornou-se uma necessidade premente diante dos desafios ambientais, sociais e econômicos que são enfrentados globalmente. A evolução desses conceitos reflete uma profunda reflexão sobre a relação com o planeta e com as gerações futuras.

Franco (2016) e Boff (2016) propõem concepções de sustentabilidade que vão além do mero gerenciamento de recursos naturais. Franco destaca a importância de equilibrar o consumo presente com a preservação para o futuro, promovendo práticas como reutilização e reciclagem,

mas é criticado por não abordar as desigualdades sociais e econômicas. Por outro lado, Boff expande o conceito, enfatizando sua relevância não apenas para a conservação ambiental, mas também para a realização das potencialidades humanas, defendendo uma sustentabilidade que promova um modo de vida em harmonia com o ambiente e que leve em conta as necessidades de todas as gerações.

Feil e Schreiber (2017) definem a sustentabilidade como evoluções temporais, destacando a mudança de estado ao longo do tempo e considerando o equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais. No entanto, essa definição é considerada limitada por sua ênfase na evolução temporal e mudança de estado como componentes centrais da sustentabilidade.

Mikhailova (2004, p. 28) “considera que o sentido mais importante da sustentabilidade é que ela simplesmente representa a justiça em relação às gerações futuras.” Em seu estudo elucida que, para compreender como não prejudicar as futuras gerações, é necessário saber o capital natural que já foi consumido em detrimento da degradação ambiental, o quanto tem disponível e o quanto está ameaçado no futuro. Embora a justiça intergeracional seja uma importante dimensão da sustentabilidade, ela não pode ser considerada a única ou mesmo a mais importante.

Ailton Krenak (2020), em sua obra “Ideias para adiar o fim do mundo”, apresenta um olhar crítico sobre o conceito de sustentabilidade. Ele questiona a construção da ideia de humanidade ao longo dos últimos milênios, especialmente a perspectiva eurocêntrica que domina o pensamento moderno. Para Krenak (2020) o desenvolvimento sustentável é um mito criado por corporações para perpetuar o capitalismo, alienando a humanidade da natureza e confinando o meio ambiente a espaços controlados.

Nas últimas décadas, a sustentabilidade emergiu como um tema central nas discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento social, tornando-se uma expressão poderosa com diferentes significados em contextos diversos. A teoria de que a sustentabilidade é fundamental para o desenvolvimento econômico é amplamente difundida. Sachs (2015) destaca como a sustentabilidade está no cerne do desenvolvimento econômico, argumentando que o desenvolvimento sustentável oferece a melhor oportunidade para alinhar as economias globais com trajetórias que garantam o bem-estar humano e a preservação do planeta.

Abramovay (2012) argumenta que a transição para uma economia verde e a adoção de práticas sustentáveis são essenciais para a saúde econômica e ambiental do planeta. Argumenta-se que a adoção de práticas sustentáveis traz benefícios para as empresas e para as pessoas. No entanto, essa perspectiva negligencia os verdadeiros princípios da sustentabilidade, que devem

se concentrar na conservação dos recursos naturais, no equilíbrio ambiental e na qualidade de vida das pessoas.

Contudo, é imperioso destacar que os autores Zylbersztajn (2010) e Boff (2016) consideram que as palavras “desenvolvimento” e “sustentabilidade” são antagônicas, não permitindo que caminhem juntas.

Zylbersztajn (2010) e Boff (2016) discutem a contradição entre os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade. Enquanto o desenvolvimento busca progresso muitas vezes à custa do meio ambiente, a sustentabilidade enfatiza o equilíbrio ecológico. Boff (2016) destaca que o desenvolvimento, ligado ao capitalismo, promove crescimento linear e exploração ambiental, enquanto a sustentabilidade, com base na ecologia, adota uma abordagem circular e inclusiva. Essa discrepância cria um conflito fundamental entre os dois conceitos, com o desenvolvimento priorizando acumulação e competição, e a sustentabilidade valorizando interdependência e cooperação. A inclusão do capitalismo na análise é relevante, pois historicamente impulsiona o desenvolvimento, mas também é associado à exploração dos recursos naturais e desigualdades sociais.

No debate sobre desenvolvimento sustentável, surge a questão da compatibilidade entre capitalismo e sustentabilidade. O modelo capitalista, baseado em lucro, crescimento econômico e acumulação de capital, frequentemente entra em conflito com os princípios da sustentabilidade. Segundo Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012), o capitalismo tem evoluído para valorizar não apenas a eficiência produtiva, mas também a tecnologia e o consumo excessivo como indicadores de sucesso econômico. A discussão sobre essa relação é complexa: enquanto alguns defendem reformas no sistema econômico atual para torná-lo mais sustentável, outros questionam sua compatibilidade intrínseca com a sustentabilidade, já que sua base é centrada na busca por lucro contínuo e acumulação ilimitada de ganhos.

Portanto, é importante considerar as interações e contradições entre esses elementos, buscando soluções que promovam o equilíbrio, e que estejam alinhadas com a construção de um futuro mais equitativo. A proposta de desenvolvimento sustentável se revela como uma visão superficial que encobre as contradições inerentes à relação dialética entre destruição e sustentabilidade: à medida que a destruição econômica e ambiental se intensifica, a importância da sustentabilidade cresce (Vizeu, Meneghetti e Seifert, 2012).

Considerando as análises críticas sobre desenvolvimento, sustentabilidade e capitalismo, fica evidente que a adoção de práticas sustentáveis no dia a dia não é apenas uma extensão lógica desse debate, mas uma necessidade premente. Ao investigar tais práticas no cotidiano, será possível explorar como as decisões diárias, desde as mais simples até as mais

importantes, podem ser alinhadas com os princípios da sustentabilidade, resultando em um impacto positivo.

2.2- O Cotidiano: aspectos da Sustentabilidade

A sustentabilidade está inerentemente ligada ao cotidiano das pessoas, visto que suas ações e práticas diárias são influenciadas diretamente pelas dinâmicas sociais em que estão inseridas. Assim, o cotidiano é um espaço no qual se desenvolvem as relações sociais, as trocas culturais e as práticas cotidianas que refletem as condições sociais e econômicas de uma sociedade (Lefebvre, 1991). Nesse sentido, compreender o cotidiano é fundamental para entender as lutas e as resistências que ocorrem na busca por direitos e justiça social.

Ao mesmo tempo, as práticas cotidianas também podem ser espaços de reivindicação. Essas práticas representam uma manifestação individual e coletiva, a partir da qual os indivíduos encontram maneiras de se expressar e exercer seu poder de forma criativa, desafiando as limitações impostas pelas estruturas dominantes. Michel de Certeau (2014), conceitua o cotidiano como uma dimensão da vida social onde ocorrem práticas ordinárias aparentemente rotineiras que refletem a inventabilidade do sujeito comum diante das condições sociais e econômicas de uma sociedade. Ele afirma que as “maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (Certeau, 2014, p. 40 - 41). Essas práticas, muitas vezes vistas como banais e sem importância, são fundamentais para a produção da vida social.

Na teoria de Certeau (2014), os indivíduos enfrentam limitações impostas pelo sistema dominante, mas encontram maneiras de contornar essas circunstâncias no cotidiano, buscando pequenos espaços de liberdade. Ele destaca os conceitos de estratégias e táticas, onde as táticas representam ações sutis que desafiam a situação desfavorável do sujeito desprovido de poder, (é importante ressaltar que o poder é relativo, ou seja, o sujeito nem sempre está desprovido dele, pois isso pode variar de acordo com as situações e contextos específicos em que se encontra), enquanto as estratégias são práticas elaboradas a partir de uma posição de poder. Ambas são formas de práticas cotidianas. As táticas são ações não planejadas de indivíduos que buscam resistir, contornar ou reinterpretar as estratégias dominantes. Certeau (2014) também diferencia lugar de espaço, onde o lugar é uma entidade fixa e estabelecida, enquanto o espaço é dinâmico e sujeito às práticas individuais e coletivas de apropriação.

Para Certeau (2014), a vida cotidiana é uma constante negociação entre os indivíduos e as estruturas sociais que os cercam. Ele argumenta que as pessoas são capazes de se apropriar

do espaço e das práticas culturais dominantes em suas rotinas diárias, mesmo em um contexto de poder dominante, criando suas próprias táticas.

Essas estratégias e táticas das pessoas oprimidas podem ser formas de resistência. Um exemplo prático desse contexto poderia ser em uma área rural a prática de troca de alimentos entre vizinhos. Em vez de vender ou comprar esses alimentos, eles estabelecem relações de vizinhança e solidariedade, trocando os produtos entre si, criando uma rede de apoio mútuo, na qual cada família pode se beneficiar dos alimentos frescos cultivados por outras famílias, promovendo a diversidade e a segurança alimentar nas comunidades.

Essa forma de ação cotidiana, aparentemente simples, permite que os agricultores familiares resistam às pressões do sistema de mercado e fortaleçam suas comunidades, valorizando seus recursos locais e promovendo a autonomia alimentar.

A sustentabilidade está intrinsecamente ligada ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas, tanto presentes quanto futuras. Ela se relaciona diretamente ao conceito de cotidiano de Michel de Certeau (2014), que destaca a importância das práticas cotidianas na construção da identidade e cultura individuais. Assim, promover a sustentabilidade requer valorizar e analisar as práticas cotidianas, respeitar a diversidade de formas de agir das pessoas, se aproximar de sua cultura e identidade, e incentivar a capacidade inventiva de ações sustentáveis.

Portanto, a interconexão entre a sustentabilidade e o cotidiano é de suma importância, pois um influencia diretamente o outro, afetando significativamente a vida das pessoas. Nesse contexto, a promoção da sustentabilidade requer o reconhecimento e a valorização das práticas cotidianas dos indivíduos, respeitando suas formas únicas de agir e identificar-se.

2.3- Terra e Poder: a complexa história do acesso à terra em Curitiba

Historicamente, o acesso à terra no Brasil tem sido marcado por uma série de problemas e impedimentos que remontam aos tempos coloniais. Desde o período da invasão portuguesa, o território brasileiro já era habitado, mas os colonizadores se apropriaram das terras, distribuindo-as e concentrando-as nas mãos de uma elite, o que resultou em um modelo de grandes propriedades e monoculturas que persiste ao longo dos séculos (Lemos, 2006).

Ao aprofundar especificamente na cidade de Curitiba, localizada na Região do Vale do Contestado, estado de Santa Catarina, percebe-se uma história complexa no que diz respeito ao acesso à terra e ao poder, principalmente por ter sido palco da Guerra do Contestado, que ocorreu entre 1912 e 1916. Nessa perspectiva, a análise do termo "contestado" torna-se fundamental para desvendar as camadas de significado que ele carrega, refletindo não apenas

um passado de disputas territoriais, mas também a resistência e a resiliência das comunidades locais frente às adversidades.

Os povos originários foram marginalizados e expulsos de suas terras, perdendo suas formas de vida tradicionais. Enquanto isso, os poderosos, derivados do status nobreza ou da riqueza, não enfrentavam restrições e recorriam à força para desapropriar terras, como descrito por Germani (2006). O movimento do Contestado envolveu posseiros, trabalhadores afetados pela construção da estrada de ferro e líderes políticos que se opunham aos coronéis locais, destacado por Carvalho (2009). Esses eventos evidenciam a complexa dinâmica social e os desafios enfrentados pela população da região naquela época.

Carvalho (2009) oferece uma visão panorâmica dos diferentes segmentos da sociedade que se uniram em torno do movimento do Contestado. A disputa territorial levou a ações que prejudicaram as comunidades locais, com grupos como posseiros, agricultores e povos originários enfrentando ameaças às suas terras e meios de subsistência. O movimento do Contestado emergiu como resistência às injustiças sociais e econômicas, atraindo adesão de opositores políticos. Isso evidenciou a união de interesses na luta contra o sistema político vigente e os coronéis locais.

Essa região passou por diferentes fases de ocupação e conflitos ao longo do tempo, segundo Radin e Corazza (2018), o termo "contestado" tem vínculos com diversas ocorrências, incluindo a resistência dos caboclos e agricultores devido à apropriação de suas terras por empresas madeireiras, como a Lumber. Também está relacionado às disputas territoriais, inicialmente entre o Brasil e a Argentina e, posteriormente, entre os estados do Paraná e Santa Catarina.

A formação de fazendas nas vastas planícies trouxe à tona um cenário complexo. A interação entre diferentes grupos resultou em uma sociedade caracterizada por uma diversidade étnica e uma coexistência de culturas, conhecida como multiculturalismo (Witte, 2023).

Segundo Witte (2023), uma nova fase de ocupação humana no Contestado iniciou-se, reunindo diversos grupos como fazendeiros, trabalhadores, comerciantes, tropeiros, indígenas, caboclos e refugiados. Esses foram gradualmente acompanhados por fugitivos, contrabandistas, imigrantes europeus, líderes religiosos e até mesmo norte-americanos, em meio a uma contínua disputa territorial entre as províncias do Paraná e Santa Catarina.

Sob o pretexto de serem "compreensivos" e "imparciais", os registros daquela época qualificaram como traços inerentes a essa população "mestiça e primitiva", a falta de valorização da educação, o escasso interesse pelo trabalho e a aversão ao que era moderno e tecnológico. Isso teria resultado em condições de "extrema pobreza", tornando-os vulneráveis

à manipulação por parte de impostores e criminosos (Witte, 2023). Porém, os mesmos registros omitem a tecnologia sustentável que empregavam na construção de suas casas, denominadas pejorativamente pelos invasores de ranchos, casebres, tabiques, taperas ou choças (Witte, 2023).

Alegar que eles viviam em condições de "extrema pobreza" é um estereótipo e uma generalização simplista que não reflete com precisão a realidade diversificada. A ausência de determinados padrões de vida não presume automaticamente a pobreza, e o discurso estereotipado ignora o fato de que essas comunidades desenvolveram sistemas econômicos e sociais próprios. Suas construções utilizavam técnicas tradicionais e recursos naturais, refletindo uma adaptação inteligente e sustentável ao ambiente.

Os povos originários, na época do Contestado, utilizavam as terras de forma sustentável, respeitando os ciclos naturais e preservando a biodiversidade local (Witte, 2023). A chamada colonização inicia-se, portanto, com a transformação do local e, “para tal, tornava-se imperativo enfrentar a imponência da natureza, reduzindo a floresta e aumentando as áreas de cultivo, tarefa que se efetivaria pelo afluxo de migrantes colonos, vistos como impulsionadores de civilização” (Radin; Silva; 2018, p. 682).

Como pode ser constatado, os colonizadores enxergaram a natureza como um obstáculo a ser superado pela expansão agrícola. Essa perspectiva reflete uma visão antropocêntrica que considera a natureza como um recurso a ser dominado e controlado em prol do avanço humano. Diante disso, introduziram uma agricultura voltada para a produção de culturas de exportação. Germani (2006, p. 124), afirma que “a filosofia da colonização era a de plena ocupação do solo com vistas à produção para o mercado”. Com o tempo, ocorreu a expansão da pecuária e a criação de grandes fazendas, caracterizando um processo de concentração fundiária.

Mesmo após um século do fim do Movimento do Contestado, suas influências ainda são perceptíveis em Curitiba. Historicamente, os caboclos não participaram das fases de desenvolvimento e, hoje em dia, uma grande porção dessas pessoas enfrentam condições de pobreza (Tecchio, 2023).

Além das marcas territoriais, o legado do conflito se estende a características posteriores. Após a guerra, a região presenciou uma concentração de terras e a implantação do sistema capitalista. Essa mudança impactou profundamente a vida dos camponeses locais, que anteriormente obtinham subsistência de suas terras. Muitos deles tiveram que abandonar suas propriedades e buscar emprego nas cidades ou vender sua mão de obra para latifundiários ou empresas, em busca de sustento para suas famílias.

Tecchio (2023) afirma que famílias caboclas empobrecidas enfrentam um cenário de trabalho marcado pela instabilidade. A dificuldade em manter-se em um emprego constante impede que se estabeleçam em uma ocupação específica de longo prazo, levando-as a alternar entre posições formais e informais. Esta condição precária é exacerbada pela natureza sazonal da agropecuária e da construção civil, que muitas vezes são setores informais e não oferecem uma renda mensal estável. Como resultado, tais famílias são excluídas dos benefícios sociais, como aposentadoria, auxílio-doença e assistência à maternidade.

Com a mobilização de pessoas e o seu agrupamento nessas novas formas de organizações, com objetivo comum de lutar pela reforma agrária, pode-se afirmar que se consolidou uma instituição (não de natureza hegemônica, da forma tradicional que costuma estar nos estudos de Administração, porém, constituída de sujeitos que possuem cada um seu papel, seus saberes e suas práticas) – denominado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

Estes movimentos compõem o que chamamos de organizações não hegemônicas, ou seja, são estruturas que rompem com o pensamento tradicional de gestão. Carrieri (2014, p. 33), aponta para os saberes que são menosprezados na história da gestão oficial, e isso é evidente quando afirma que “é possível perceber a existência de saberes tácitos que davam suporte a práticas que guardam semelhanças com as definições correntes e com as técnicas disseminadas em torno do que se considera gestão, usualmente: planejar, coordenar e controlar”. Dessa forma, esses movimentos passam a serem vistos também como organizações, que revelam a adaptação do indivíduo ao espaço e seu papel numa estrutura social.

Carrieri (2014) aponta que na área da Administração existe uma tendência histórica de ignorar as diversas formas de gestão utilizadas pelos seres humanos em suas vidas organizacionais. Muitos estudos se limitam a abordar conceitos clássicos, negligenciando outras perspectivas. A disciplina busca compreender a gestão de forma profunda, porém, a busca por conhecimento moderno muitas vezes resulta no esquecimento ou silenciamento de saberes tradicionais e métodos de gestão que não se enquadram na abordagem científica convencional.

Os processos de acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST envolvem a ocupação de espaço e demandam a mobilização e organização coletiva para reivindicar terra. Os camponeses se opunham à comercialização e à busca de lucro, representando um confronto com a classe dominante que buscava impor o trabalho agrário abstrato. (Neto, 2018).

Porém, no assentamento, muitos desafios surgem até a efetiva capacidade de produzir para o autossustento, Weid (2002) argumenta que simplesmente implementar a reforma agrária

não é suficiente se não forem fornecidas condições básicas de produção para aqueles que recebem a propriedade rural, uma vez que, em geral, as terras destinadas à reforma agrária frequentemente não estão em plenas condições de produção.

Os assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, tem pautado sua produção na agricultura familiar. Desde o processo da reforma agrária e ocupação territorial, a agricultura familiar já era uma atividade produtiva no Brasil, porém somente na década de 1990 e início dos anos 2000 que ela é reconhecida através de uma política pública, com incentivos e apoio do Governo Federal. A partir de então foi possível que as famílias inseridas no campo se articulassem com recursos e investimentos com linhas de crédito públicos (Morissawa, 2001).

Fruto de ações e organização social, surgiram em 1994 as mobilizações dos agricultores familiares, conhecidas como "Grito da Terra Brasil". Em seguida, o Banco Central do Brasil instituiu o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) através da Resolução nº 2101. Em 24 de agosto de 1995, foi estabelecido o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) por meio da Resolução nº 2191. Posteriormente, a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, tratou da política de crédito para a Agricultura Familiar. Em 24 de julho de 2006, a Lei nº 11.326 estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Esses foram dispositivos legais que fortaleceram e reconheceram legitimamente a agricultura familiar que sempre foi uma realidade brasileira. O PRONAF foi criado para facilitar o acesso dos pequenos produtores rurais a linhas de crédito. No entanto, surgiram restrições, como burocracia, limites de crédito considerados baixos, taxas de juros ainda altas e exigências para adesão, e ainda assim, apenas o acesso a crédito não é suficiente para suprir as deficiências históricas que esses agricultores estão sujeitos.

Quando se trata do tema sustentabilidade na agricultura familiar é importante considerar que desde a Revolução Industrial (1760-1840), as relações entre o homem e o meio ambiente foram significativamente transformadas, com aumento do consumo de recursos naturais e mudanças climáticas. Em 1987, a ONU definiu sustentabilidade como a capacidade de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer as futuras gerações, após extensas discussões (ONU, 1988).

No cenário global contemporâneo, a sustentabilidade tornou-se crucial para lidar com desafios socioambientais. Os assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) representam espaços de resistência e experimentação de práticas alternativas sociais e ambientais. Estabelecidos em resposta às desigualdades no acesso à terra, esses

assentamentos oferecem uma oportunidade para explorar práticas sustentáveis nas comunidades rurais. Presentes em várias regiões do Brasil, os assentamentos do MST buscam reforma agrária e justiça social, destacando-se por adotar práticas agroecológicas e formas de organização coletiva para alcançar autonomia e sustentabilidade. Isso ressalta a importância de entender as práticas cotidianas dessas comunidades e sua relação com os princípios da sustentabilidade.

Ao analisar este contexto, é evidente que as transformações pós-guerra não se limitaram a resultados tangíveis. Elas também causaram um impacto econômico e social prolongado, o que é evidenciado pelas contínuas dificuldades socioeconômicas que a população local enfrenta. Essa retrospectiva dos conflitos pela terra, junto ao legado deixado pelo Contestado em Curitiba, desvenda a interconexão entre as vivências históricas, o território e as estratégias de sobrevivência adotadas pelos indivíduos durante esse período.

3- METODOLOGIA

A pesquisa será conduzida nos quatro assentamentos do MST localizados em Curitiba/SC, a saber: Neri Fabris, Primeiro de Maio, Herdeiros do Contestado e Índio Galdino. Esses assentamentos representam o resultado de uma luta persistente, caracterizada por acampamentos, marchas e manifestações, muitas vezes confrontando a repressão, envolvendo agricultores familiares residentes nessas comunidades.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, é necessário adentrar em campo para compreensão do cotidiano dos integrantes do assentamento. Dessa forma definiu-se por realizar uma pesquisa social, que segundo Gil (2008, p. 26) tem por objetivo “descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. [...] permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”.

Quanto a tipologia, será descritiva, que descreve características de determinada população ou fenômeno (Gil, 2008). O que conceberá, por exemplo, utilizar essa tipologia para análise das informações coletadas para comparar as práticas do cotidiano com os princípios da sustentabilidade.

Para a coleta de dados optou-se por realizar a observação participante que permitirá ao pesquisador adentrar em campo, para análise e compreensão do cotidiano dos assentamentos. Nessa coleta de dados da observação participante, espera-se que os envolvidos compartilhem da vida cotidiana com o pesquisador, e esse buscará interagir nesse cotidiano, conversando com as pessoas para descobrir e interpretar as situações, inclusive participando de atividades do

assentamento. Gil afirma que “esse tipo de pesquisa se caracteriza pelo envolvimento do pesquisador e dos pesquisados no processo de pesquisa” (2008, p.31). No decorrer das observações, os dados coletados serão transcritos em um diário de campo, afinal todas as informações sobre o estudo do cotidiano são relevantes, portanto, todos os detalhes devem estar evidenciados para análise dos dados posteriormente.

A entrevista semiestruturada será utilizada como outro instrumento de coleta de dados. A definição de entrevista para Gil (2008, p.109) “é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. As entrevistas serão gravadas, com o consentimento dos participantes, para serem transcritas posteriormente.

Após a conclusão da coleta de dados, se dará início à etapa de análise qualitativa das informações obtidas. Através desse processo, serão extraídos dos dados coletados as informações relevantes que contribuirão de forma efetiva para a pesquisa. Pressupõe-se que as práticas cotidianas dos agricultores familiares nos assentamentos do MST refletem uma preocupação com a sustentabilidade, influenciadas por fatores históricos, sociais e culturais. As variáveis investigadas incluem práticas agrícolas, uso de recursos naturais, organização social, acesso a políticas públicas e percepções sobre sustentabilidade. A análise será conduzida por meio de categorias emergentes, identificadas durante o processo de coleta e análise de dados.

Entre as possibilidades destacam-se a obtenção de dados qualitativos ricos e relevantes e a contribuição para políticas públicas e práticas sustentáveis. No entanto, as limitações podem incluir restrições de acesso aos participantes e possíveis vieses durante as entrevistas.

Esta metodologia foi cuidadosamente elaborada para garantir a rigorosidade e a validade da pesquisa, proporcionando uma compreensão abrangente das práticas cotidianas dos agricultores familiares em relação à sustentabilidade nos assentamentos do MST em Curitiba/SC.

4- CRONOGRAMA

Etapa	Ano 1				Ano 2			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Levantamento de referências	X	X						
Análise e revisão do material			X	X				
Leituras e fichamentos	X	X	X	X	X	X	X	X
Redação inicial					X	X		
Observação Participante							X	X
Entrevistas Semiestruturadas							X	X

Etapa	Ano 3				Ano 4			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Leituras e fichamentos	X	X	X	X	X	X	X	X
Redação primeiro capítulo	X	X						
Redação segundo capítulo		X	X					
Redação terceiro capítulo			X					
Redação quarto capítulo				X				
Revisão					X	X		
Redação Final						X		
Apresentação e defesa pública							X	
Entrega da versão final								X

5- REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Muito Além da Economia Verde**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Abril, 2012.
- (ONU), O. D. N. U. **Nosso Futuro Comum**: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. Resolução nº 2101, de 24 de agosto de 1994. Crédito Rural. Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) – Safra de Verão 1994/95. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. Resolução nº 2191, de 24 de agosto de 1995. Crédito Rural - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é - O que não é**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 1-222.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Dispõe sobre as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006.
- BRASIL. Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 nov. 1995, p. 19689.
- CARRIERI, A. P. **As gestões e as sociedades**. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 21-64, jun. 2014.
- CARVALHO, T. M. D. (2009). **Coerção e consenso na primeira República: a guerra do Contestado (1912-1916)**. [Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense].
- CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 667-681, set./2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/hvbYDBH5vQFD6zfjC9zHc5g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.
- FRANCO, L. **Marketing sustentável**. 1. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.
- GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, s.l., v. 2, n. 2, p. 115-147, out./2006. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3040>. Acesso em: 1 out. 2023.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- LEMOS, S. T. de F. Título da Tese: **A face oculta do caboclo de Curitibaanos, Santa Catarina, perdas e rupturas em sua peregrinação da economia de subsistência para o trabalho precarizado**. 2006. 235 f. Tese de Doutorado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 1, n. 16, p. 22-41, jul./2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/issue/view/181>. Acesso em: 10 set. 2023.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NETO, C. L. C. **De Marx à Agroecologia: A transição sociotécnica na reforma agrária brasileira**. 1. ed. Timburi: Cia do Ebook, 2018.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, M. D. C. B. D. **Cotidiano Conhecimento e Crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. Guerra do Contestado. In: **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**, Chapecó, p. 79-83, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rxw94/pdf/radin-9788564905658-18.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

SACHS, J. D. **The Age of Sustainable Development**. Columbia University Press, 2015.

TECCHIO, Andréia. Vida e luta das famílias caboclas hoje. In RODRIGUES, R. R. et al (org). **A guerra santa do Contestado tintim por tintim**. 1ª Ed. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, set./2012. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/5480/4202>. Acesso em: 10 set. 2023.

WEID, J. M. von der. Proposta de um programa de desenvolvimento rural sustentável no Brasil in BORN, R. H. (org.). **Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para sustentabilidade, equidade e democracia planetária**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

WITTE, Gerson. A tecnologia sustentável das construções caboclas. In RODRIGUES, R. R. et al (org). **A guerra santa do Contestado tintim por tintim**. 1ª Ed. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor: a transição para o século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.